

De proletários e aymaras: a Comuna Altenha de 2003 frente à reestruturação produtiva

From workers and Aymaras: The Commune of Altenha of 2003 in front of the restructuring of production

Bruno Miranda

Mestrando em Estudos Latino-americanos (UNAM/México)

bmiranda_1@yahoo.com

Resumo:

Através de trabalho de campo na Bolívia e revisão bibliográfica, o presente artigo comenta os acontecimentos conjunturais e históricos essenciais para a compreensão da Comuna Altenha em outubro de 2003 em El Alto, organização territorial autogestiva que ocupou a cidade e combateu as Forças Armadas bolivianas durante duas semanas em defesa do gás natural e pela renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. O trabalho também apresenta o debate atual sobre o proletariado boliviano pós-ajuste estrutural, assim como considerações acerca da configuração de classes refletida na luta entre trabalhadores subsumidos formal e realmente ao capital contra transnacionais dos hidrocarbonetos em 2003. Por fim, se discute os limites organizativos da experiência de luta em questão.

Palavras-chave: Comuna Altenha. El Alto. Sociabilidade Andina. História da Bolívia. Reestruturação Produtiva

Abstract:

Through fieldwork in Bolivia and bibliographic review, the present article comments both punctual and historical facts essential to understand El Alto's Commune during October, 2003. This was an territorial and self-management organization that occupied and fought bolivian armed forces during two weeks defending natural gas and asking for Gonzalo Sánchez de Lozada's resignation. This paperwork also presents the recent debate on Bolivian proletariat after productive restructuring, as well as considerations on contemporary class configuration that was reflected during the struggle between real and formal subsumpted workers by the capital and hydrocarbon transnationals on 2003. It finally discusses El Alto's Commune organizational limits.

Keywords: Commune of Altenha. El Alto. Andean Sociability. Bolivian History. Productive Restructuring

Originais recebidos em: 04/07/11

Aceito para publicação em: 15/08/11



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License

Introdução

A luta urbano-comunitária conhecida como a “Guerra do Gás” ou “Outubro Negro” na cidade de El Alto, Bolívia, em 2003, que aqui trataremos como a Comuna Altenha, resultou numa mobilização territorial pautada por assembléias de rua para a renúncia do então Presidente da República Gonzalo Sánchez de Lozada (Goni) e contra a exportação do gás natural via portos chilenos. Diante da recente condenação de cinco militares e dois ex-ministros do governo Goni a penas que variam de três a quinze anos de prisão pela morte de mais de 60 pessoas durante o conflito, o relato das circunstâncias conjunturais e históricas que de alguma forma desembocaram na Comuna volta a ter sentido e atualidade depois de quase oito anos.

Distante do “multiculturalismo identitário”, que privilegia a raiz indígena, e da teoria dos “novos movimentos sociais”, que trata como novidade o sujeito histórico que sempre esteve presente, pretendemos dar vez e voz às perspectivas que recuperam categorias marxistas da crítica da economia política para visibilizar o atual proletariado aymara presente na Comuna Altenha. Enquanto as duas primeiras perspectivas priorizam a) a identidade indígena e seu simbolismo cultural ou então b) a ação coletiva para finalmente integrar o indígena à estrutura e funcionamento do Estado burguês através de reformas jurídicas, os enfoques dos autores aqui trabalhados destacam a nova configuração da classe operária pós-ajuste estrutural e, em último termo, da luta de classes na Bolívia contemporânea.

A Comuna Altenha deixou claro que a burocracia sindical boliviana apresenta sérios limites político-organizativos para alavancar os protestos e já não possui o mesmo grau de convocatória de outrora. Por isso, os proletários aymaras precarizados têm conformado organizações próprias baseadas em juntas de vizinhos, que permitem a recuperação da lógica andina de sociabilidade em meio urbano. Por outro lado, além de respaldar indiretamente o governo Evo Morales nas eleições de 2006, essa mobilização ainda não conseguiu fazer cumprir a Agenda de Outubro¹. Essas e outras debilidades se revelaram quando da posse do vice-presidente e do restabelecimento da ordem burguesa em 2004.

¹ A Agenda de Outubro inclui como principais reivindicações: a completa nacionalização do gás natural da Bolívia, a renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, a formação de uma Assembléia

Desta forma, como poderia estar presente o componente do trabalho nas lutas andinas de base urbano-comunitária? Como poderíamos falar de El Alto como cidade proletária? Quem são os comuneiros altenhos e que relação mantêm com os combativos mineiros de outrora? Quais são os elementos resultantes da reestruturação produtiva na Bolívia que devem ser levados em conta para compreender a atual configuração do proletariado indígena? Por que a Comuna Altenha não perdurou e não avançou além das reivindicações centrais? Todas essas são questões não resolvidas pela ação classista nesse país e que aqui tentaremos bosquejar.

Estopins do conflito e composição sócio-laboral da Comuna Altenha

Foram vários os elementos que se entrecruzaram para a eclosão da Comuna Altenha em outubro de 2003. No começo do ano, durante o mês de fevereiro, Gonzalo Sánchez de Lozada (GONI) e seu governo decretam o *impuestazo* através do qual os salários estariam sujeitos à cobrança de impostos. Diante dos intensos enfrentamentos entre militares e policiais que deixaram seis mortos na principal praça de La Paz, a Plaza Murillo, o governo foi obrigado a voltar atrás.

Coggiola relembra que

a mobilização se generalizou após a tentativa de impor um imposto de 12,5% sobre todos os salários e rendas superiores a 840 bolivianos (120 dólares) [da época] para gerar o superávit fiscal exigido pelo FMI para pagar a dívida externa” (COGGIOLA, 2003, p. 37-38).

Além dos mortos, as sedes dos partidos aliados ao governo foram atacadas e incendiadas, assim como empresas e bancos. Meses antes, a promulgação da Lei de Proteção e Segurança Cidadã foi outro dos estopins que permitiu a aglutinação das diversas organizações sociais para o mês de outubro. Através dessa lei, foram proibidos os bloqueios de rodovias e caminhos; tratava-se basicamente de uma lei antiprotestos, já que o bloqueio de vias públicas constitui uma ferramenta de luta histórica entre os aymaras altioplânicos.

Um mês antes, em setembro, cerca de mil camponeses aymaras tinham iniciado uma greve de fome massiva, seguida por vários bloqueios de estradas realizados pelas

Constituinte, a rejeição da ALCA, a autonomia universitária da Universidade Pública de El Alto e melhores condições (tratores e créditos) para o camponês aymara.

comunidades de Achacachi, Warisata e Sorata, à beira do Lago Titicaca, para reivindicar abertura de crédito rural e aquisição de tratores, além da libertação do líder Edwin Huampo, dirigente da província de Los Andes. As comunidades dessa região, que incorporariam o movimento de outubro, formavam a base de apoio do líder katarista Felipe Quispe dentro da Conferência Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), organização que juntamente com as juntas de bairros, defenderia as medidas mais radicais no tocante à nacionalização do gás natural. A repressão das Forças Armadas ocorrida no dia 20 de setembro que deixou três camponeses mortos e três militares ficou conhecida como o Massacre de Warisata.

Paralelamente, em El Alto, os vizinhos lutavam pela eliminação dos impostos imobiliários criados pelo então prefeito José Luis Paredes, denominados *Maya y Paya*². Por sua vez, os universitários da Universidade Pública de El Alto (UPEA) demandavam a modificação da Lei de Criação Universitária com a intenção de conseguir plena autonomia. Dessa forma, tratou-se de um conjunto de reivindicações de cada setor, depois reunidas ao redor de três pontos principais: a não-exportação do gás natural através de portos chilenos à Califórnia e ao México³, a renúncia de Goni e a formação de uma Assembléia Constituinte.

Há também explícito nos protestos certo nacionalismo quando se refere ao litígio entre o Chile e a Bolívia. Não podemos deixar de lado a reivindicação histórica da Bolívia por uma saída ao mar depois da perda de território costeiro para o Chile na Guerra de Antofagasta em 1879 e que ainda hoje causa ressentimento social. Outro elemento histórico que não pode ser ignorado é o fato de que o excedente econômico que era dividido desigualmente entre Estado e transnacionais nessa época provinha exatamente das reservas de gás natural, depois de encerrado o ciclo da prata no final do século XIX e do esgotamento crescente e crise dos preços do estanho na década de 1970.

Além das juntas de vizinhos de El Alto e das comunidades aymaras altioplânicas, compostas de trabalhadores aymaras precarizados, comerciantes, motoristas, artesãos, profissionais liberais, donas de casa e jovens suburbanos, estavam presentes o grêmio de

² Os impostos *Maya y Paya*, primeiro e segundo em aymara, incidiriam diretamente nos salários e na renda já precarizada da população altenha.

³ O consórcio de transnacionais, dentro do projeto Pacific LNG, foi formado pelas transnacionais Bechtel, Amoco, British Petroleum e Repsol-YPF, incluindo a construção do gasoduto até o Pacífico pelo Chile. No terminal chileno, o gás seria convertido em líquido e levado ao México, onde seria novamente gasificado para ser enviado à Califórnia.

padeiros da região de La Paz, os cocaleiros do Chapare e o movimento mineiro e fabril vinculado à Central Operária Boliviana (COB).

Diversas organizações convergiram e formaram um movimento sócio-político multiforme e territorialmente assentado. Durán confirma a existência de uma propaganda ou geração de consciência social em outubro 2003: “esse foi o sentido da luta: as pessoas se apropriaram de informação. Senhoras de *pollera*⁴ podiam explicar com números e cifras porque não se devia vender gás pelo Chile⁵”.

De todas as organizações envolvidas e depois de 21 anos desde a última mobilização contra o fim da ditadura boliviana, as juntas de vizinhos de El Alto serviram de referência durante a formação da Comuna Altenha, relegando ao segundo plano inclusive organizações sindicais e gremiais historicamente combativas, como a própria COB, a Central Operária Departamental (COR) e a Federação de Fabris.

Na luta pela legitimidade de representação dos trabalhadores, as organizações tradicionais relutaram em apoiar as juntas de vizinhos - coordenadas a princípio pela Federação de Juntas de Vizinhos (FEJUVE) - na declaração da primeira paralisação indefinida no começo de outubro. Diante disso, foram os próprios vizinhos, trabalhadores aymaras precarizados, que protagonizaram o protesto sem a parceria sindical. Os partidos políticos bolivianos, independente da orientação política, mantiveram-se distantes do combate nas ruas altenhas.

Radicalidade altenha x Repressão estatal

Durante o período de enfrentamentos com as Forças Armadas - entre os dias 8 e 17 de outubro - não houve atividade comercial, bancária ou laboral em El Alto, o mesmo sucedendo em alguns setores de La Paz. Em outras palavras, a mobilização de centenas de vizinhos conseguiu imobilizar duas das maiores cidades bolivianas, com mais de dois milhões de habitantes juntas. O controle territorial das juntas chegou a tal ponto que permitiu a abertura de postos de alimentos e farmácias somente durante determinadas horas

⁴ Saia típica das aymaras altiplânicas.

⁵ Entrevista a Mario Duran Chuquimia.

do dia, tempo suficiente para que os comuneiros altenhos mobilizados conseguissem alimentação e remédios para os casos urgentes. A venda de bebidas alcoólicas foi proibida.

Nesse sentido, Mamani sustenta que outubro de 2003 promoveu uma reflexão profunda no sentido das tramas mais íntimas da vida do cotidiano altiplânico. Segundo o autor, ocorre

o domínio territorial centímetro a centímetro, em cada espaço da rua, da praça, da avenida, para em conjunto articular uma luta e uma toma total da cidade [numa] luta de bairro que se converte em luta política, quase militar, de aproximadamente 400 juntas de vizinhos que se articulam como governos que disputam a legitimidade e a gestão da coisa pública com o Estado. E é uma disputa que vai configurar a possibilidade de um autogoverno não somente em El Alto, mas em regiões que sentem o impacto da luta, apoiam-na e se somam a ela.⁶

No dia 11 de outubro, frente aos intermináveis e incontáveis bloqueios das principais rodovias de acesso a La Paz, Goni anuncia o Decreto Supremo 27209, convocando as Forças Armadas a proteger a passagem dos caminhões-cisterna com combustíveis de El Alto até La Paz, cujas classes dominantes já sentiam a falta não só de combustível, mas também de carne.⁷ Enquanto isso, na região rural do mesmo departamento de La Paz, as comunidades aymaras se organizavam em exércitos indígenas, como o ocorrido nos quartéis de *Warisata*, *Konami* e *Puerto Acosta*. Os aymaras do campo se preparavam para chegar até a sede do governo até as últimas conseqüências caso Goni não renunciasse. (PATZI, 2007, p. 274).

A partir desse dia se oficializa a estratégia de contrainsurgência na cidade de El Alto, com a intenção de garantir a ordem pública, velar pela democracia liberal e principalmente abastecer a sede política boliviana. O governo de Goni ainda tentaria desesperadamente silenciar jornalistas, invadir rádios comunitárias, retirar jornais das bancas, além de grampear ligações telefônicas e investigar correios eletrônicos pessoais.

Os comuneiros já concentrados em El Alto responderam com organização política e militar. Os grupos de vizinhos formaram brigadas e barricadas em distintos pontos da cidade para o enfrentamento com o exército. Estes microexércitos populares protegiam toda a estrutura de assembléias que ocupava ruas e avenidas. Existiu uma articulação entre

⁶ Entrevista a Pablo Mamani Ramírez.

⁷ O cerco a La Paz a partir de El Alto somente é possível porque esta envolve aquela geograficamente. O *cerco* tem sido historicamente uma forma de luta contra as camadas senhoriais instaladas em La Paz desde a época colonial.

comuneiros que, em segredo, montavam seus artefatos caseiros, constituindo quartéis de bairro de milhares de homens e mulheres dispostos a armar-se.

De fato, viveu-se um clima de guerra civil e cada um dos oito distritos municipais foi obrigado a mobilizar seus vizinhos em cada um daqueles dias de outubro, sob risco de julgamento público, aplicação de multas e saqueio dos bairros imobilizados.⁸ Várias passarelas de concreto das avenidas *Juan Pablo II* e *6 de Marzo* - as principais de El Alto, de cerca de vinte metros de comprimento cada -, foram derrubadas manualmente com ferramentas para impedir a passagem dos caminhões-cisterna e dos tanques do exército. Os comuneiros chegaram também a levantar o asfalto das avenidas e danificar os muros de cimento que separam as pistas. Grupos móveis - em carros ou bicicletas - se formaram para o abastecimento de alimentos e o controle territorial.

A moradora Dona Adora⁹ relata que chegaram cinco caminhões-cisterna ao expediente do bairro *Río Seco*, acompanhados do exército para abrir passagem através do bloqueio que já faziam ali os comuneiros do mesmo bairro e de *Villa Ingenio*, bairros de migrantes camponeses-aymaras e de ex-mineiros respectivamente. Neste dia, em *Villa Ingenio*, mais de cem soldados despistaram os bloqueios das avenidas principais e apareceram nas ruas secundárias disparando contra famílias e moradores que estavam em suas próprias casas e na praça principal. No dia 12 de outubro, o primeiro massacre deixou um saldo de 25 mortos, incluindo idosos, crianças e mulheres.

No dia seguinte, uma marcha de 100 mil comuneiros se dirigiu a La Paz, onde os enfrentamentos duraram mais algumas horas. Ao aproximar-se da Praça *Murillo*, onde se encontra o palácio presidencial, os comuneiros foram forçados a retroceder, sob risco de serem metralhados e bombardeados sem trégua.

Apace, Secretária de Juventude da FEJUVE nesse momento, relata:

quando chegamos à Praça *San Francisco*, criamos uma espécie de cerco ao redor da Praça *Murillo* para tomar o *Palácio Quemado* [palácio presidencial]. Para nossa surpresa havia três tanques de guerra em plena praça estrategicamente localizados nas esquinas. Quisemos ocupar a praça, mas só recebemos balas, já não eram gases lacrimogêneos. A intenção era matar.¹⁰

⁸ Estas são as ferramentas utilizadas pela justiça comunitária nos bairros de El Alto, lógica trazida do campo para a cidade que também inclui linchamento e em alguns casos a morte de delinquentes e estupradores.

⁹ Entrevista a Dona Adora.

¹⁰ Entrevista a Monica Apace.

Já no dia 14, foram destruídas e saqueadas agências bancárias, plantas fabris de empresas transnacionais e as lojas comerciais que apoiavam o governo. O aeroporto internacional, localizado em *El Alto*, foi ocupado e os vôos foram cancelados. Nas zonas mais organizadas, em menos de meia hora se conseguia reunir centenas de comuneiros através de apitos e sinais; nas praças ou ruas onde ocorriam as assembléias de cada junta de vizinhos, decidia-se pelo uso de dinamite, arame farpado, borracha para queimar, tijolos, pedras e instrumentos para cavar trincheiras e levantar barricadas de até dois metros de altura. Em outros pontos da cidade, havia delegados de ruas, que se reuniam em conselhos locais imediatamente após as assembléias que avaliavam a situação em cada junta de vizinhos.

A luta de classes expressou-se de forma nua e crua nas ruas da região sul de *La Paz*. Os trabalhadores indígenas ocuparam toda a região onde se concentra a burguesia pacenha e nacional, além dos funcionários da mal chamada cooperação internacional (Fundações, ONG's) e da classe política e militar do país. A população de origem espanhola desses bairros permaneceu trancada em suas casas e apartamentos durante grande parte da jornada de luta. Em todas as zonas altas tomadas por comuneiros, na Praça *San Francisco*, na Praça *Murillo*, nos territórios do Altiplano Norte e na região de *Oruro* houve um chamado na direção da tomada do poder e a saquear as casas e apartamentos pacenhos das zonas burguesas de *Obrajes*, *Calacoto* e *Chasquipampa*.

A marcha de 16 de outubro reuniu mais de 300 mil pessoas e a do dia seguinte mais de 400 mil. Horas antes, neste mesmo dia, quase uma dezena de vagões de trem da linha ferroviária que antigamente conectava o altiplano boliviano com o norte do Chile foram empurrados por vários quilômetros e derrubados de um viaduto diretamente na pista que liga *El Alto* a *La Paz* para impedir a passagem do exército.

Brigadas de comuneiros presentes na última marcha, denominadas *Guerreros del Gas*, dirigiam-se ao palácio presidencial em formação militar quando, por fim, foi anunciada oficialmente a carta de renúncia de Goni. Emocionada, Apace relata: “nos inteiramos da renúncia à tarde. Essa noite foi como Ano Novo. Fogos artificiais por toda parte, muita música começou a tocar. Era uma alegria tão tremenda que todos saíam às ruas para dançar”.¹¹

¹¹ Entrevista a Monica Apace.

Saldo final do Outubro Vermelho: mais de 70 mortos – 68 em apenas três dias -, 400 feridos, torturados ou desaparecidos e mais de 1000 pessoas em greve de fome.

De que passado histórico se nutre a Comuna Altenha?

Relatada assim, distante de um marco histórico, a compreensão do contexto que possibilitou a Comuna Altenha permanece limitada. Visto do ponto de vista anticolonial, Outubro de 2003 se revela como o terceiro momento histórico de rebelião indígena, depois da revolta de *Tupak Katari* em 1780 e de *Zárate Willca* durante a Guerra Federal em 1899.

Durante os dias de construção da Comuna Altenha, os conselhos e assembléias de rua foram convertidos na maior instância decisória. As direções da FEJUVE e da COR, as principais organizações políticas da cidade, não foram levadas em consideração pelos comuneiros e estavam proibidas de negociar em seu nome. Dessa forma, foram os conselhos de bairro que se organizaram política e militarmente de maneira autogerida. Delgado, militante altenho katarista, aponta que nesses momentos

os bairros, as juntas de vizinhos se converteram em quartéis gerais. E aí se aplicou o *ayllu*¹² porque aí foram implantados governos rotativos, governos de bairro. Os presidentes trabalhavam de forma circular. Com essa “tecnologia comunitária de luta” não se podia derrotá-los de nenhum modo.¹³

Num estudo heterodoxo sobre o tema, Zibechi trata como novidade o fato de que, na Comuna Altenha, as organizações que regem o cotidiano são as mesmas que levaram adiante a luta. Este autor dá ênfase às práticas antiestatais que parecem existir paralelamente ao poderes estatais, confrontando-o na medida em que ocupam espaços liberados por aqueles. A respeito disso afirma:

o que encontramos no mundo aymara, rural e urbano, durante as insurreições, são precisamente poderes não estatais. Nestes movimentos, a organização não está separada da vida cotidiana, é a vida cotidiana desdobrada como ação insurrecional (ZIBECHI, 2006, p. 90).

Durante a insurreição, os aspectos sindicais e as próprias direções das juntas foram superadas em favor da lógica comunitária. Essa constituição revela a sociabilidade andina que no campo ainda se expressa na posse coletiva dos frutos da terra (principalmente no

¹² O *ayllu* pode ser entendido como a organização-matriz dos povos andinos, de famílias ampliadas assentadas em terras comunitárias que em alguns casos podem não ser contíguas.

¹³ Entrevista concedida por Abraham Delgado, Jovens Kataristas, El Alto, dezembro de 2006.

altiplano do país) e no sistema de cargos, pelo qual os serviços comunitários são prestados por indivíduos eleitos localmente.¹⁴ Apace revela que “muitos dos vizinhos, no quarto dia de mobilização, já se organizavam por grupos de alimentação. Vimos como a comunidade se desenvolveu nesse momento.”¹⁵

Em termos políticos, o trabalhador do campo, aymara ou quéchua, detém tradição de organização e luta. Os primeiros sindicatos camponeses formaram-se nos vales de *Cochabamba* na década de 1930, concentrando-se nas regiões de *Ucureña*, *Cliza* e *Quillacollo*. Com o advento da Reforma Agrária em 1953, decorrente da Revolução Nacional de 1952, que eliminou as *haciendas*¹⁶ e generalizou a organização sindical no campo, os sindicatos camponeses passaram a ter como tarefa principal a recuperação de terras e a expulsão dos patrões. Cada família com terras estabelecidas em uma determinada comunidade automaticamente passava a integrar o sindicato campesino.

Mesmo sob tutela estatal através da articulação com o governo do MNR, transformando-se em organizações rurais verticais e com líderes provinciais ou departamentais envolvidos constantemente em clientelismos políticos, é importante deixar claro que os sindicatos camponeses de base conseguiram manter práticas comunitárias (RIVERA, 1984, p. 106). A partir da Reforma Agrária e com o passar dos anos, acentuou-se o empobrecimento no campo devido à excessiva fragmentação de terras, ocasionando a expulsão de famílias inteiras do meio rural e engrossando o proletariado urbano de cidades como El Alto.

No final da década de 1960 e início da seguinte, parte do campesinato aymara vinculou-se ao katarismo, um movimento fomentado pelos setores médios do campo que passou a realizar uma reinterpretação da história colonial e reivindicar a figura do líder *Tupak Katari* do século XVIII. Já em 1979, o Congresso de Unidade Camponesa, convocado pela própria COB, dá vida à CSUTCB, convertendo-se no principal organismo do movimento katarista e rompendo com o aparelhamento estatal. Escárzaga sustenta que

¹⁴ Na essência da autonomia e da base comunitária existe um complexo e variável sistema de eleição de autoridades em democracia direta, acompanhado de um sistema de justiça comunitária.

¹⁵ Entrevista a Monica Apace.

¹⁶ As *haciendas* foram literalmente as fazendas de propriedade dos latifundiários ou *gamonales* que dispunham de mão-de-obra indígena servil.

desde 1985, com a dispersão dos mineiros, a CSUTCB constitui o instrumento sindical central de luta, relegando um papel secundário à COB (ESCÁRZAGA, 2006, p. 208).¹⁷

A CSUTCB ainda se envolveria diretamente nas lutas de abril de 2000, quando os aymaras lutavam contra uma lei relacionada à água e se enfrentaram com mais de 2000 soldados, destruindo o edifício da prefeitura, postos policiais e libertando presos. Mais adiante, nas lutas de setembro/outubro de 2000, emitem a “Declaração de Achacachi”, que inclui demandas históricas e afirmam que qualquer invasão das Forças Armadas seria respondida com levantamento em armas e a instauração de Conselhos de Justiça Comunal. Já em junho/julho de 2001, em mais um levante, de dois meses, declara-se guerra civil e o “estado de sítio indígena”, durante o qual fica explícito o desejo de desaparecer com o Estado boliviano.

Além da sociabilidade andina e da luta dos sindicatos do campo trazida pelos camponeses aymaras, a presença do proletariado urbano também foi protagonista e decisiva durante o curso da Comuna Altenha, incluindo mineiros e fabris que se incorporaram aos conselhos de vizinhos em 2003. Qualquer tentativa de abordar a luta de 2003 seria improdutiva se não levássemos em conta o sindicato mineiro, eixo do movimento operário durante boa parte do século XX nesse país.¹⁸

As condições subumanas de trabalho no interior da mina fomentaram os primeiros sindicatos mineiros propriamente ditos, logo depois da Guerra do Chaco (1932) para que, em 1946, fossem reunidos grande parte deles na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), guiados pela *Tese de Pulacayo*, documento que orienta a ocupação e o controle operário coletivo das minas e que ademais marca a transformação do sindicalismo boliviano em sindicalismo revolucionário.

A Revolução Nacional de 1952, “a primeira insurreição operária triunfante na América Latina” (ZAVALETA, 1987, p. 222), inicia um novo período histórico, uma vez que elimina a oligarquia conhecida como *rosca*¹⁹ e dá a pauta do Estado como o gestor do

¹⁷Raimundo Tambo e Genaro Flores são alguns dos principais nomes relacionados à fundação da organização, que nasce em contraposição à COB de Juan Lechín, que até então se mostrava indiferente ao campesinato.

¹⁸ René Zavaleta propõe o conceito de *irradiação* para explicitar a influência ou o impacto exercido pelo tipo de organização e luta da classe mineira sobre outras frações de classe na Bolívia (ZAVALETA, 1987, p. 226).

¹⁹ Termo utilizado para referir-se ao grupo de empresários mineiros que concentravam o excedente produtivo gerado pela exploração do estanho, além dos políticos, militares e jornalistas ao seu redor.

excedente mineiro através da criação da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), concentrada na mineração média.

A COB, criada no fervor das vitórias de abril de 1952, serviu de guarda-chuvas para o multiforme movimento operário da época e transformou-se na principal referência operária e popular até seu desmoronamento com as demissões massivas de mineiros na década de 1980. Com relação à central sindical operária recém-criada e à tradição sindical boliviana em geral, Zavaleta indica que

o sindicato é a formulação proletária de uma organização social muito mais extensa. É o trabalhador da mina em estado de autodeterminação pura mais sua irradiação ou iluminação, o que inclui os camponeses, comerciantes, mineiros independentes (mineiros pequeno-burgueses) e assalariados não produtivos (ZAVALETA, 1987, p. 232-233).

O movimento operário ainda teria a marca da Assembléia Popular de 1970-71, com a ocupação e apropriação do Palácio Legislativo e sua posterior sufocação pela férrea ditadura do general Hugo Bánzer de 1971 a 1978 (ANDRADE, 2007, p. 144). Mas é a partir da década de 1980 que movimentos territoriais sem a tutela partidária e sem o controle sindical operário começaram a se perfilar em *El Alto*.

Arce relembra que a luta dos trabalhadores alteños ganha vigor com as transformações ocasionadas pela migração massiva campo-cidade em decorrência da Reforma Agrária. Entre 1979 e 1982, às vésperas dos ajustes neoliberais, quando da mobilização contra o fim dos regimes militares na Bolívia, é que os trabalhadores aymaras de El Alto agrupados em juntas de vizinhos passaram a ganhar maior visibilidade.²⁰

A emergência de organizações paralelamente aos partidos e sindicatos converge com a demissão de milhares de mineiros e operários fabris em toda a Bolívia a partir de 1985, cujo destino foi exatamente *El Alto*. Além da FEJUVE, ganham presença política a Federação de Gremiais - constituída por vendedores ambulantes e fixos de artigos de consumo variados, comerciantes e artesãos -, ambas com capacidade de convocatória massiva, estrategicamente posicionadas em El Alto e, portanto, com “uma força capaz de decidir o rumo da história da Bolívia” (PATZI, 2007, p. 265).

É desse “caldo histórico” que bebem as lutas bolivianas na virada do século e as de *El Alto* especificamente. Se a Comuna Altenha não pode ser entendida sem a histórica

²⁰ Entrevista a Benigno Arce Cusicanqui.

combatividade do proletariado indígena do campo e da cidade, tampouco é compreensível sem levar em conta as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva neoliberal.

Quem conforma o proletariado boliviano hoje?

Nesse sentido, vale relembrar que a importante fração do proletariado de ascendência mineira, que cumpre um importante papel na radicalização característica de *El Alto*, já não corresponde aos mineiros das históricas e combativas minas *de Catavi*, *Siglo XX* e *Llallagua*, da região de *Potosí*, mas ao proletariado urbano precarizado e informal. No contexto das últimas três décadas do altiplano boliviano, podemos afirmar que a composição da Comuna Altenha é fruto da descentralização fabril e da desarticulação das centrais sindicais mineiras.

Durante o conflito de 2003, Jaime Solares, Secretário Geral da COB nesse momento, convocou os trabalhadores a um assalto ao poder juntamente com militares nacionalistas, o que configuraria um novo golpe de Estado no qual co-governariam a COB e as Forças Armadas. Além disso, propôs que cada assembléia tivesse que estar subordinada às respectivas centrais sindicais locais. Por que não lhe deram ouvidos? As respostas devem ser buscadas: a) no distanciamento da classe trabalhadora que transformou a COB num organismo burocrático e b) na reestruturação produtiva sofrida pela Bolívia a partir da década de 1980, que fragmentou o proletariado industrial e mineiro que servia de base para a central operária.

Na Bolívia, o pacote econômico neoliberal foi implementado pelo governo de Victor Paz Estenssoro - com Goni como Ministro do Planejamento - em 1985 através do Decreto Supremo 21060, ditado a partir do Consenso de Washington e que previa reduzir a inflação e estabilizar a economia do país. As principais medidas incluíram: a livre contratação, a fusão das bonificações ao salário básico seguido do congelamento salarial, o desregulamento dos preços de bens e serviços, a livre importação de bens, realocação e demissões massivas dos mineiros vinculados com a COMIBOL, assim como de operários fabris, promovendo a descentralização do processo produtivo das grandes empresas.²¹ Além

²¹ A partir de 1985 e “em menos de três anos, cerca de 20 mil mineiros dos 27 mil da COMIBOL são despedidos; cerca de 30 mil fabris de um total de 160 mil registrados nas pequenas e médias manufaturas

do fechamento das minas, foram privatizadas as estatais ferroviária (ENFE), de telecomunicações (ENTEL), de transporte aéreo (LAB) e de eletricidade (ENDE).

Os dois anos seguintes foram marcados por marchas massivas dos mineiros e fabris despedidos, sem que houvesse respostas efetivas por parte do Estado. No lugar de uma insurreição proletária como era de se esperar, o proletariado indígena boliviano optou pelos cultivos da folha de coca no Chapare e muitos deles migraram a El Alto ocupando-se como comerciantes por conta própria, no setor de serviços ou como artesãos, joalheiros e confeccionistas nas milhares de indústrias domiciliárias (familiares ou não) que empregam força de trabalho sem contrato, sem benefícios e sem estabilidade em El Alto.

Assim, no mercado de trabalho do ramo da confecção e têxteis, tradicionais na Bolívia, após 1985 passou a predominar

a redução do salário nominal, a anulação dos serviços de alimentação, a eliminação de bonificações, o aumento da jornada de trabalho, a ampliação de tarefas, a pressão psicológica com relação ao cumprimento das metas de produção estabelecidas, o desconhecimento de benefícios sociais e a imposição de novos critérios de contrato e pagamento (ROJAS; ROSSELL, 2001, p. 40).

Um estudo sobre a produção têxtil, artesanal e de joalheria em empresas de subcontratação de *El Alto*, Andia indica que

estariamos diante de uma situação de sobre-exploração trabalhista no estilo dos inícios do capitalismo ou de sistemas econômicos mais antigos, já que nas três áreas estudadas são comuns jornadas de 10 e 12 horas, chegando a 17 horas em temporadas altas e às vezes mais, quando se trabalha sem parar até o término da meta estabelecida, podendo estar dois ou três dias permanentemente, dia e noite, sem descanso (ANDIA, 2004, p. 118).

Desta forma, o panorama trabalhista na Bolívia e em *El Alto* em particular tem se caracterizado pela precarização/flexibilização do trabalho, seja em oficinas produtivas descentralizadas, seja no comércio ou nos serviços. A precariedade do trabalho faz com que muitos altenhos adotem a pluriatividade e se convertam em trabalhadores multiofício, com duas ou mesmo três jornadas por dia. Além disso, a mulher tem tido uma importância crescente no mundo do trabalho, enquanto os jovens se incorporam como aprendizes ou permanecem desempregados.

As similaridades da configuração produtiva de El Alto são por demais evidentes com o processo de transição da manufatura ao sistema propriamente fabril da Inglaterra no

engrossam o exército de desocupados; a mineração privada reduz seu pessoal contratado pela metade” (GARCÍA, 1999, p. 101).

final do século XVIII descrito por Marx. Ao analisar os *workshops* ingleses, Marx dá conta da existência de uma *indústria domiciliar dispersa* no quintal da grande indústria:

Atualmente, essa indústria converteu-se no *departamento exterior da fábrica, da manufatura ou da grande loja*. Além dos operários das fábricas e manufaturas e dos artesãos, concentrados espacialmente em grandes massas e comandados diretamente, o capital move, através de fios invisíveis, outro exército: o dos operários a domicílio, dispersos pelas grandes cidades e pelo campo (MARX, 1979, p. 562).

Marx descreve o grau de exploração da chamada indústria domiciliar em pequenos quartos sem espaço, luz e ventilação, além da dispersão operária e da instabilidade, que dificultam a organização e a resistência. Parece estar se referindo ao contexto da região norte de El Alto, de concentração manufatureira, onde se destacam os bairros *16 de Julio*, *Rio Seco*, *Villa Ingenio* e *Ballivián*, redutos de migrantes camponeses aymaras e ex-mineiros.

Assim como nos primórdios da grande indústria na Inglaterra, nas oficinas produtivas altenhas também prevalece o pagamento por peça, por tarefa. Trata-se de uma forma de pagamento que está associada à subcontratação e que permite prolongar a jornada de trabalho, reduzir o salário e aumentar a intensidade produtiva, articulando a produção de mais-valia absoluta e relativa transferida à grande indústria. De fato, a histórica presença de atividades artesanais e de confecção na Bolívia que não estão organizadas de maneira especificamente capitalista, permite que “as habilidades domésticas, manufatureiras, comunitárias e, em geral, forças produtivas inventivas e associativas não-capitalistas, em vez de se dissolver, sejam refuncionalizadas para valorizar o capital” (GARCÍA, 1999, p. 61).

Com relação à atual configuração do proletariado e, em última instância, da luta de classes no país, os analistas bolivianos têm poucas convergências. Justamente na década de 1980, quando eclodiu a proliferação do chamado “setor informal urbano”, Toranzo defendia um processo de desproletarização boliviana, provocada pela realocação e demissões massivas de mineiros e operários fabris, agregado ao aumento do desemprego aberto e do subemprego. Segundo este autor, a tercerização da economia não só despolitizava a sociedade quanto esfumava a consciência operária “em formas ideológicas pertinentes a desempregados, pequenos comerciantes, ambulantes, artesãos, etc.” (TORANZO, 1989, p. 130).

Cerca de dez anos depois, García admite a redução numérica do operário fabril assalariado, com contrato permanente e direitos trabalhistas garantidos, mas ao mesmo tempo revela o crescimento do número dos operários descentralizados da indústria manufatureira domiciliar desde a implementação das políticas neoliberais: dos 117.103 de 1986 a 150.000 em 1991 e 231.000 em 1995 nas capitais. (GARCÍA, 1999, p. 101-102). Com isso, estaríamos diante do crescimento de um novo tipo de trabalhador assalariado fragmentado e não-organizado, distinto do mineiro das décadas anteriores.

No mesmo caminho, Arze afirma que longe de um processo de desproletarização, é preciso ter em mente que a socialização do trabalho congrega diferentes tipos de trabalho em distintos ramos, subsumindo-os numa hierarquia que visa em última instância a valorização do capital da grande indústria através de uma complexa rede de transferência de valor (ARZE, 2000, p. 71).

Já conforme Orellana, onde Toranzo vê “microempresários desproletarizados” dentro da economia informal, García vê operários onde na verdade há comerciantes, artesãos e até coletores de lixo. Tanto um enfoque como o outro implica certo liberalismo que “desarma ideologicamente os trabalhadores bolivianos” e nos quais “a categoria marxista de proletariado é banalizada e convertida numa espécie de bolsa elástica onde se introduzem os setores sociais mais diversos, ignorando suas diferenças específicas” (ORELLANA, 2003, p. 31).

Para este autor, a forma predominante da classe operária no país apresenta “retalhos de operários regulares concentrados num mesmo espaço geográfico, subsumidos realmente pelo capital e grandes massas de operários por tarefa subsumidos formalmente, que circundam as minas e os centros industriais de produção.” (ORELLANA, 2003, p. 240), produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo na Bolívia. Assim como García, Orellana reconhece a imbricação de operários subsumidos formal e realmente ao capital, mas elimina de sua concepção de proletariado os trabalhadores do comércio e dos serviços. A articulação entre mais-valia absoluta, associada à subsunção formal, e mais-valia relativa, associada à subsunção real, é uma característica apontada por Marx no final do século XVIII que atualmente é revitalizada pelo novo padrão de acumulação neoliberal na Bolívia, com reflexos diretos em *El Alto*.

Pois bem, da formação e desenvolvimento da Comuna Altenha participaram tanto operários fabris e mineiros estatais e privados de grandes empresas, quanto operários de oficinas domiciliares. Temos, portanto, a força de trabalho subsumida real e formalmente ao capital. Também participaram camponeses aymaras, parcialmente subordinados ao processo mercantil regional e/ou nacional, comerciantes ambulantes e artesãos que migraram à *El Alto* e engrossam o trabalho improdutivo que valoriza indiretamente o capital, além dos trabalhadores por conta-própria e contrabandistas nativos, que permitem a reprodução da força de trabalho em conjunto através da venda de produtos e serviços abaixo do preço. Em outras palavras, ainda que restringamos a classe operária aos trabalhadores produtivos, ou seja, àqueles que valorizam diretamente o capital, não podemos deixar de lado os demais improdutivos, pois integram a trama complexa da acumulação de capital na metrópole aymara.

A luta pela apropriação do excedente do gás e os limites políticos

Surgida a partir de demandas locais e fragmentadas, a Comuna Altenha evidencia que a luta contra o capital transnacional - representado pelo consórcio energético do projeto Pacific LNG que seria beneficiado com a exportação do gás natural pelo Chile – pode dar lugar a uma experiência proletária e autônoma em um centro urbano de grandes dimensões.

A luta dos comuneiros altenhos contra as transnacionais dos hidrocarbonetos é fruto da mudança no padrão de acumulação presente na Bolívia a partir da Revolução Nacional de 1952. Aqui entendemos padrão de acumulação como uma modalidade de acumulação capitalista historicamente determinada, como a forma que assume a valorização do valor numa certa etapa histórica de seu processo (VALENZUELA, 1990, p. 61).

Do padrão mineiro oligárquico, predominante entre 1900-1952, o país passou ao padrão mineiro estatal (1952-1985), durante o qual o próprio Estado passou a gerir o excedente econômico gerado pela exploração dos recursos naturais, basicamente estanho, petróleo e gás. Dito de outra forma, do grupo que conformava a *rosca* no início do século XX, o excedente passou às mãos do Estado mineiro e daí às transnacionais dos hidrocarbonetos no final do século. A partir da aprovação do pacote econômico em 1985 e

do conseqüente desmantelamento da COB, tem início um padrão de acumulação essencialmente privatizador.

Se tivermos em mente que sob o capitalismo o excedente adquire a forma de mais-valia e que as lutas sociais do ciclo rebelde boliviano (2000-2005) estão diretamente relacionadas à apropriação do excedente distribuído desigualmente, temos um panorama mais claro do cenário da luta de classes atual nesse país. É necessário reconhecer que além do chão de fábrica e do local de trabalho, a luta pela apropriação do excedente econômico na Bolívia tem sido travada nas ruas como efeito da privatização dos recursos naturais.

Os grupos transnacionais, juntamente com grupos empresariais mineiros, industriais e agroindustriais que se beneficiaram com os ajustes estruturais privatizadores promovidos pelo Estado - quando não personificam eles próprios o capital e o Estado, como no caso de Goni, que também é empresário mineiro – tem enfrentado a resistência da crescente massa de trabalhadores produtivos por tarefa dispersos em cidades como *El Alto* e dos comerciantes improdutivos que sobrevivem com o que a circulação do capital lhes permite, além da decrescente massa de operários da grande indústria, mineiros e camponeses.

Em uma cidade com mais de um milhão de habitantes e que concentra grande parte das indústrias que antes se encontravam em *La Paz*, além do comércio varejista de todo o altiplano boliviano, a Comuna Altenha reflete a composição heterogênea das classes trabalhadoras deste país. Em todo o caso, a Comuna Altenha - entendida como a organização territorial proletária e popular aymara que ocupou *El Alto* durante outubro de 2003 – constituiu uma ferramenta organizativa na qual as classes sociais presentes não se expressaram em termos de relações produtivas, mas como vizinhos proletarizados em termos de território, nas ruas e avenidas da cidade.

Além de frear parcialmente as políticas neoliberais que vinham desde 1985, o ciclo rebelde boliviano, cujo auge representou justamente a luta de outubro, permitiu um novo debate sobre a disputa do poder no país e levou às ruas do altiplano boliviano temas políticos que pareciam esquecidos, tais como

a relação governo-sociedade, a desconcentração-dispersão do poder do estado, a desprivatização e gestão social dos bens comuns, a possibilidade de construir equivalências políticas que permitam inventar formas mais efetivas de igualdade (GUTIÉRREZ, 2008, p. 267).

Mesmo o governo Evo Morales, que ainda hoje mantém uma base de apoio importante entre os movimentos sociais, não voltou a ter a mesma flexibilidade para aumentar impostos ou implementar medidas que provocassem o aumento dos preços da cesta básica ou dos combustíveis depois de 2003. O maior exemplo disso foi a revolta que ficou conhecida como “Gasolinazo”, em dezembro de 2010.²²

Por outro lado, nos deparamos com a dificuldade da permanência da forma “comuna” no tempo e no espaço. De fato, as barreiras posteriormente impostas pela dinâmica do Estado burguês não puderam ser superadas pela Comuna Altenha, isto é, a organização altenha não gerou estruturas de autogestão com possibilidades de projetar-se numa dimensão macrossocial para além do Estado.

Desse modo, segundo Gutiérrez, “o problema central é sem dúvida a estabilização no tempo de práticas comunitárias territorialmente assentadas que permitam a regulação da convivência com base em outras lógicas políticas (GUTIÉRREZ, 2008, p. 49). Já sociólogo boliviano Félix Patzi nos relembra que o movimento não demandava uma mudança sistêmica, uma vez que protestava somente para que o gás não fosse vendido e os recursos estivessem novamente nas mãos do Estado: “quando muito pediam uma mudança de modelo, não de sistema” (PATZI, 2007, p. 283).

Além disso, foram respeitadas as regras dominantes para a sucessão presidencial e a estrutura da Câmara de Deputados e de Senadores continuou a mesma durante 2004. Neste ano, Carlos Mesa se aproveitou da ausência de um projeto político que fosse comum aos comuneiros em luta e neutralizou a força das mobilizações de 2003 através da realização de um referendo manipulado sobre o destino do gás e da Lei que quebrou o monopólio dos Partidos, e permitiu desde então a candidatura de organizações cidadãs em eleições locais, regionais ou federais. A promulgação dessa lei fragmentou as organizações sociais, muitas das quais participaram em outubro de 2003, uma vez que seus dirigentes se atomizaram em distintas agrupações político-eleitorais.

Os momentos posteriores à experiência de El Alto foram marcados pelo retorno do parlamentarismo burguês, pela sucessão do vice-presidente Carlos Mesa e, dois anos mais tarde, pela cristalização do Movimento ao Socialismo (MAS) não somente no governo, mas

²² Revolta que paralisou os três últimos dias de 2010 em *El Alto* contra o Decreto Supremo 748 através do qual os preços dos combustíveis e, conseqüentemente, do transporte e da alimentação sofreram acréscimos de mais de 100%. Para mais informação, consultar <http://www.sinpermiso.info/articulos/ficheros/mamani1.pdf>.

de sua hegemonia nas principais organizações políticas da Bolívia, incluindo a FEJUVE e a CSUTCB. Isso nos exige uma reflexão sobre a práxis de formas não estatais e não partidárias de organização em contextos pouco institucionalizados e ainda permeados por uma sociabilidade não-capitalista, como é o caso da sociabilidade andina, que historicamente tem tido suas potencialidades desatadas justamente na forma “comuna”.

Considerações finais

De “espaços autenticamente deliberativos” (GUTIÉRREZ, 2007, p. 270) ou de “microgovernos de bairro” (MAMANI, 2005, p 83), aqui nos referimos à mobilização de outubro de 2003 como a Comuna Altenha, composta por trabalhadores precarizados, produtivos ou não, que configuram as classes trabalhadoras na virada de século na Bolívia. A dispersão da indústria domiciliar, que abrange proletários informais, iguala a flexibilização tão característica dos primórdios do capitalismo e que vem ao encontro dos requisitos do capitalismo contemporâneo.

Se assumirmos que a precariedade das condições de trabalho imposta pela grande indústria é um elemento aglutinador mesmo fora de seus muros, a distinção entre operário fabril e trabalhador produtivo informal tem cada vez menos sentido. Assim, o proletariado aymara de *El Alto*, força motriz da Comuna Altenha, já não pode ser reduzido ao operário de fábrica. Não por princípio político ou por capricho esquerdista, mas pela mudança ocorrida na base técnica produtiva aliada ao desmantelamento da COB.

Sem uma concepção vanguardista, própria da esquerda vinculada ao movimento operário-mineiro fruto de 1952, a luta de outubro pôde desenvolver certa sociabilidade andina não-capitalista com menos restrições durante os enfrentamentos com o Estado. Longe de visões idílicas, a luta concreta de proletários regidos por assembleias comunitárias de bairro comprovou a capacidade de fazer atender algumas demandas de alcance nacional.

Ao fazê-lo, também evidenciou seus impasses. A ausência de um programa político mais ou menos comum ou de um projeto político mais ou menos articulado entre os comuneiros impôs limites que a luta só poderia superar se vislumbrasse algo mais do que a

nacionalização do gás; se superasse uma visão tão fortemente enraizada na esquerda latino-americana segundo a qual a propriedade do Estado é propriedade coletiva.

Em outros momentos, a multiformidade da luta do proletariado indígena boliviano não foi obstáculo para conquistas históricas importantes – vide Revolução de 1952. Nesse caso, havia um rumo político claro. Após uma dura reviravolta estrutural e produtiva, a “dispersão política” da contundente luta de 2003 parece estar relacionada com a dispersão territorial da indústria domiciliar de *El Alto*. Nesse caso, a falta de rumo político permitiu a cristalização de um governo de rosto indígena que depois de cinco anos tem neutralizado e cooptado toda radicalidade anterior.

Referências Bibliográficas

ANDIA, Elizabeth. *Participación de la mujer en actividades de maquila y subcontratación en la ciudad de El Alto: estudios de caso en textiles, artesanía y joyería*. Cuadernos de Trabajo n. 9. La Paz: Red de Mujeres y Economía, 2004.

ANDRADE, Everaldo. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

ARZE, Carlos. *Crisis del sindicalismo boliviano. Consideraciones sobre sus determinantes materiales y su ideología*. La Paz: CEDLA, 2000.

BAPTISTA, Mariano. *Breve historia contemporánea de Bolivia*. México: FCE, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Del conflicto de enero a la revolución de octubre: parto y nacimiento de la Revolución Boliviana. *En defensa del marxismo*, Buenos Aires: dez. 2003, n. 32, p. 29-60.

ESCÁRZAGA, Fabiola. “La comunidad indígena en las estrategias insurgentes en México, Perú y Bolivia”. In: ESCÁRZAGA, Fabiola e GUTIÉRREZ, Raquel (orgs.). *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo*. Puebla; México: BUAP; GDF; Casa Juan Pablos, 2006.

GARCÍA, Álvaro. *Reproletarización. Nueva clase obrera y desarrollo del capital industrial en Bolivia (1952-1998). El caso de La Paz y El Alto*. La Paz: Muela del Diablo Editores, 1999.

GUTIÉRREZ, Raquel. *Levantamiento y movilización indígena y popular en Bolivia desde la perspectiva de la emancipación (2000-2005)*. Tese de Doutorado em Sociologia, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), Puebla, 2008.

MAMANI, Pablo. *Microgobiernos barriales. Levantamiento de la ciudad de El Alto (octubre 2003)*. El Alto; La Paz: CADES; IDIS/UMSA, 2005.

MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I, vol. II. 7ª ed. México: Siglo XXI, 1979.

MIRANDA, Bruno. *Comunitarismo, autonomia indígena e movimento autônomo: as lutas sociais de El Alto e Chiapas*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/163_tcc.bruno.pdf.

_____. Por uma aliança operário-camponesa: dilemas históricos do sindicalismo andino boliviano. In: *Revista História e Luta de Classes*, Paraná: set. 2011, n. 12, p. 50-56.

ORELLANA, Lorgio. *La clase obrera: su determinación económico-social y su mistificación*. La Paz: Plural Editores, 2003.

PATZI, Félix. *Insugencia y sumisión. Movimientos sociales e indígenas (1983-2007)*. La Paz: Ed. Yachaywasi, 2007.

RIVERA, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado aymara y quechua de Bolivia 1900-1980*. La Paz: HISBOL. CSUTCB, 1984.

ROSSELL, Pablo e ROJAS, Bruno. *Competitividad, acumulación y empleo: Estudio de caso en el ramo de confecciones*. La Paz: CEDLA, 2001.

TORANZO, Carlos. “La desproletarización e “informalización” y sus efectos sobre el movimiento popular”. In: TORANZO, Carlos e ARRIETA, Mario. *Nueva derecha y desproletarización en Bolivia*. La Paz: UNITAS; ILDIS, 1989.

VALENZUELA, José. *¿Qué es un patrón de acumulación?* México: UNAM, 1990.

ZAVALETA, René. *50 años de historia*. La Paz; Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1998.

_____. “Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia”. In: ZAVALETA, René (org.). *Bolivia, hoy*. México, DF: Siglo XXI, 1987.

ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antiestatales*. La Paz: Textos Rebeldes, 2006.

Entrevistas

Entrevista a Abraham Delgado, militante katarista da organização *Jóvenes de Octubre*. El Alto, 20 dez. 2006.

Entrevista a Doña Adora, moradora da *Villa Ingenio* de *El Alto*. El Alto, 19 dez. 2006.

Entrevista a Mario Duran Chuquimia, pesquisador independente e ex-vice-presidente da Junta de Vizinhos *Artisanos III - 27 de Mayo* da região de Río Seco de El Alto. El Alto, 19 dez. 2006.

Entrevista a Monica Apace, Secretária de Juventude da FEJUVE - gestão 2002-2004. Viacha, 20 dez. 2006.

Entrevista a Pablo Mamani Ramírez, docente da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) e da Universidad Pública de El Alto (UPEA). La Paz, 22 dez. 2006.

Entrevista a Benigno Arce Cusicanqui, jornalista do Canal 15 de El Alto. El Alto, 14 dez. 2006.